



### 3.2.9 • As incertezas da Europa • A diversidade de situações e de relações

## A Turquia e a Europa: um ano estranho

André Barrinha  
Laura Bastos

O ANO DE 2012 FOI DE EXTREMOS no que ao relacionamento entre a Turquia e os seus parceiros europeus diz respeito. A criminalização em França da rejeição do genocídio arménio, juntamente com o início da Presidência cipriota da União Europeia (UE) em Julho, marcaram de forma negativa a agenda relativamente às relações entre Ancara e Bruxelas. Por seu turno, o papel ativo da Turquia, saudado pela UE, no contexto da Primavera Árabe e a aposta de Ancara em fazer rejuvenescer o processo de adesão, revelaram-se aspectos positivos e promissores face a um relacionamento que se tem mostrado tão complexo como multifacetado.

### A questão arménia

Uma vez mais, o não reconhecimento do genocídio arménio importuna as relações internacionais da República da Turquia, na medida em que, além de não permitir estabelecer laços diplomáticos firmes entre a Turquia e a República da Arménia, esta questão é também uma “pedra no sapato” nas relações da Turquia com vários países, incluindo os próprios Estados Unidos.

Não é também a primeira vez que este assunto dificulta a sua relação com a França. Embora não tenha obtido a aprovação do Senado, já em 2006, a Assembleia Nacional (AN) francesa tinha aprovado uma proposta de lei que determinava a penalização da negação do genocídio arménio. Desta feita, além de novamente aprovada na AN, a proposta de lei seria igualmente aprovada no Senado, em Janeiro de 2012. No entanto, a mesma acabaria por ser revogada pelo Conselho Constitucional no mês seguinte, por violar o direito à liberdade de expressão.

Durante o período de discussão da lei, a questão gerou uma resposta fervorosa por parte da Turquia que se fez sentir através das reações intempestivas do primeiro-ministro turco, Recep Tayyip Erdogan, e das sanções militares e políticas impostas à França pela Turquia. Contrastando com a atitude contida de Sarkozy, que apelou à calma por parte das autoridades turcas, invocando a soberania nacional francesa como argumento de defesa, Erdogan apelou a uma proposta de lei de “racista”. Utilizando um discurso repleto de referências aos direitos humanos, os representantes políticos turcos argumentaram que esta lei seria uma violação da liberdade de expressão e pensamento, assim como um incentivo à discriminação contra os turcos em França. Erdogan afirmou ainda que esta proposta de lei constituía um exemplo da animosidade contra os muçulmanos, presente não só em França, mas em toda a Europa. O retomar das relações entre a França e a Turquia foi apenas anunciado em Junho, altura em que François Hollande tinha já sucedido a Sarkozy na

Presidência francesa. Todavia, esta questão continua em aberto sendo conhecida a intenção de Hollande em apresentar uma nova proposta de lei referente ao reconhecimento do genocídio arménio.

### A Turquia e a União Europeia

A Turquia tinha já anunciado no final de 2011 que pretendia suspender as relações com a UE durante a presidência cipriota<sup>1</sup>. A advertência lançada pela Turquia, apelidada de “ameaça” pelo Conselho Europeu, foi efetivamente cumprida durante o período da presidência cipriota.

Contudo, ao mesmo tempo que a Turquia se preparava para marcar a sua posição face à presidência cipriota, o seu processo de adesão recebia um novo incentivo com a adopção da chamada “Agenda Positiva”. Esta iniciativa, fruto da pressão diplomática turca, demonstra a tentativa de ambas as partes em superar a estagnação a que sucumbiu este processo. Para a sua concretização, a UE e a Turquia estabeleceram grupos de trabalho com o intuito de acelerar a harmonização entre as leis europeias e turcas em oito capítulos, alguns dos quais se encontram ainda bloqueados nas negociações para a integração europeia.

“ [...] a Turquia é hoje um país politicamente estável, economicamente pujante e confiante no seu lugar do mundo. ”

Esta é uma medida fora do comum no historial dos processos de adesão à UE, o que demonstra por si só a dificuldade inerente ao processo desta candidatura. Uma dificuldade que tem vindo a frustrar continuamente as expectativas da população turca, cada vez mais eurocéptica. Em mais uma recente sondagem, realizada pela Fundação Germano-turca para a Educação e Investigação Científica, apenas 17% dos turcos acredita neste desfecho<sup>2</sup>.

### A Turquia, a Primavera Árabe e a Europa

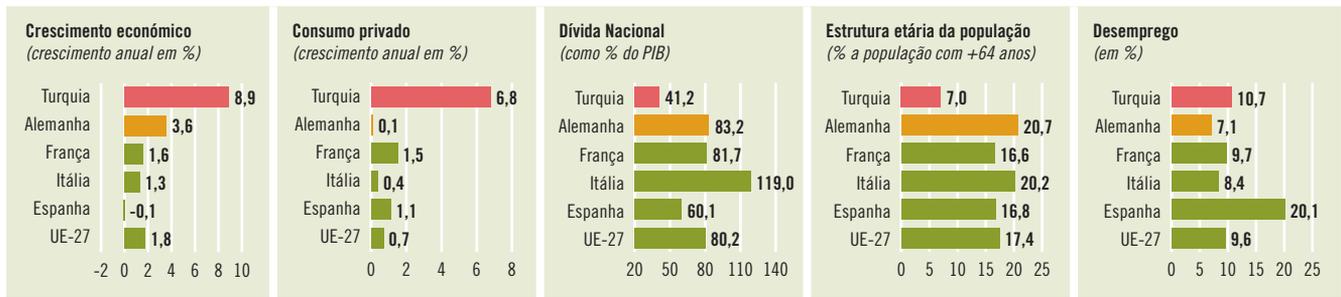
Se em 2011 a chamada Primavera Árabe apanhou a Turquia de surpresa, em 2012 foi o grau de radicalização da situação na Síria que deixou Ancara numa situação particularmente complexa. A política de “zero problemas” com a vizinhança defendida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Ahmet Davutoglu revelou-se de difícil implementação num contexto regional marcado pelo antagonizar de posições entre os seus principais atores. O governo de Erdogan, que tinha vindo a desenvolver relações de crescente proximidade com o Irão, a Rússia, os países do Golfo e a pró-

pria Síria, via-se agora obrigado a movimentar-se num contexto muito precário, em que se tornou praticamente impossível conciliar os seus objectivos de política externa com a realidade no terreno. As relações com o Irão tornaram-se ainda mais sensíveis em grande parte devido à situação na Síria, mas também pela crescente tensão entre xiitas e sunitas no Iraque, bem como pela aceitação por parte de Ancara de instalar um radar norte-americano no seu território no contexto do projeto de construção de um escudo antimísseis da OTAN. Com a Rússia, a Turquia tem feito os possíveis para que a questão síria não afecte o seu bom relacionamento económico, que se mantém estruturalmente sólido; contudo, a relação não deixou de ser afectada pelo evoluir dos acontecimentos, com dirigentes russos e turcos a trocarem ocasionais acusações relativamente ao conflito.

Apesar da crise síria ter contribuído para uma maior proximidade da Turquia aos países do Golfo<sup>3</sup>, a Turquia quer evitar passar a imagem de fazer parte de uma aliança religiosa, com países como o Qatar ou a Arábia Saudita, com o objectivo de asfixiar o xiismo no Médio Oriente. Tal percepção seria particularmente negativa para a estratégia de bom relacionamento com todos os seus vizinhos que Ancara tem vindo a implementar na região. Relativamente ao regime de Bashar al-Assad, a Turquia já deixou de ter quaisquer pretensões de um

### A QUESTÃO CURDA

Apesar de nunca ter desaparecido da agenda política turca, inclusive depois da prisão do líder do movimento rebelde do PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão), Abdullah Ocalan, em 1999, a questão curda emergiu de forma significativa por duas vezes na última década e, em ambos os casos, em resultado de alterações geopolíticas na vizinhança da Turquia. A primeira mudança deu-se com a guerra do Iraque a partir de 2003, que permitiu ao PKK estabelecer uma base no Norte do Iraque (região curda) a partir da qual pode conduzir incursões armadas na Turquia. O conflito tem estado intermitente desde então. Mais recentemente, o conflito sírio abriu espaço para a autonomização da comunidade curda nesse país, em parte dinamizada pelo Partido da União Democrática (PYD), alegadamente ligado ao PKK. Na Turquia aumentaram também os incidentes violentos, como atentados a esquadras de polícia e postos militares. A questão curda permanece um ponto de fricção entre Ancara e Bruxelas. Para a UE, esta questão, juntamente com o elevado número de militares e de elementos da sociedade civil detidos por alegadas atividades políticas subversivas, levanta dúvidas sobre o empenho da Turquia em melhorar o seu registo em matéria de direitos humanos e liberdade de expressão.



**O desempenho económico da Turquia comparado com alguns países europeus, 2010.** Fonte: DER SPIEGEL (2011), in STEINVORTH, Daniel e ZAND, Bernhard (2011) — *Is Erdogan's success pulling Turks away from Europe?*. Spiegel Online. Disponível em: <http://www.spiegel.de/international/europa/bild-767427-223889.html> [acedido 19 de Setembro 2012].

possível restabelecimento das boas relações cultivadas entre Ancara e Damasco durante os anos antecedentes à Primavera Árabe. O crescente fluxo de refugiados da Síria para a Turquia (acima dos 100.000 em Setembro de 2012), associado ao menosprezo com que Bashar al-Assad tratou os avisos de Ancara, assim como o incidente da queda do avião de reconhecimento turco por parte das Forças Armadas (FA) sírias em Julho de 2012, levaram à definição de uma posição antagónica da Turquia em relação à Síria.

A Turquia está hoje na linha da frente das críticas internacionais ao regime sírio, concertando esforços com diversos actores regionais e internacionais no sentido da procura de uma solução para o conflito. Já por várias vezes se dirigiu ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, de que é membro não permanente, no sentido deste órgão tomar medidas assertivas relativamente à situação na Síria. O seu insucesso deveu-se, por um lado à intransigência da China e da Rússia e, por outro, à falta de vontade dos seus aliados ocidentais em se envolverem excessivamente num conflito de extraordinária complexidade que podia facilmente alastrar-se a todo o Médio Oriente. Para além da crise síria, a Turquia tem vindo a desenvolver esforços no sentido de ajudar a Tunísia, o Egito e a Líbia nos seus respetivos processos de democratização. Frequentemente visto como exemplo para a região, o “modelo turco” carece de consenso relativo à sua exata definição. Para uns, é um modelo que mostra a importância do papel das FA na transição de regimes autoritários para regimes democráticos em que é necessário fazer coabitar a religião com a política. Para outros, trata-se do modelo “AKP”<sup>4</sup>, isto é, da forma como, mantendo a separação entre estado e religião, o partido do governo da Turquia tem sido capaz de implementar uma agenda socialmente

conservadora, economicamente próspera e politicamente assente na sobreposição do poder civil ao poder militar. As vitórias do partido conservador Ennahda na Tunísia e a guerra política entre os militares e o Presidente Mohamed Morsi da Irmandade Muçulmana no Egito deixam antever que, se há um modelo turco a ser implementado na região, este corresponde ao segundo.

Relativamente à Líbia, o país do norte de África economicamente mais relevante para a Turquia até à queda do regime de Qaddafi (a Turquia tinha 15.000 milhões de euros investidos no país, em 2011), o cenário político permanece incerto, mas a recente eleição do primeiro-ministro Mustafa Abu-Shakur, alegadamente próximo da Irmandade Muçulmana líbia, faz antever que a política neste país venha igualmente a ser dominada pelos conservadores islâmicos. Nenhuma destas mudanças se mostra problemática ao governo de Erdogan, que tem por objectivo fundamental normalizar e expandir o mais depressa possível as relações da Turquia com estes países.

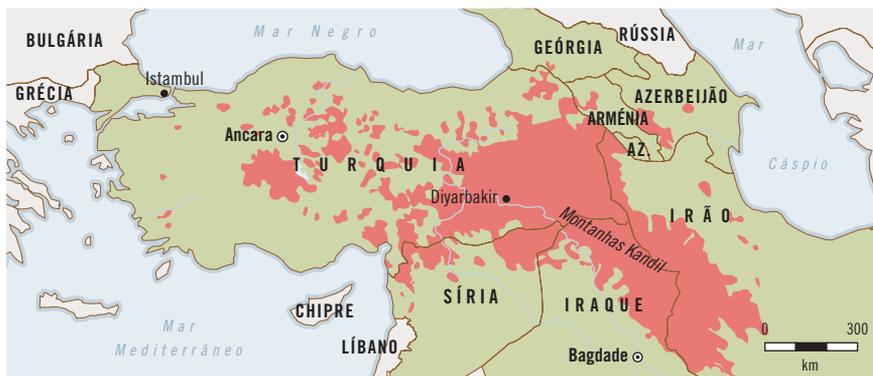
#### Que relações UE-Turquia?

É perante este contexto de mudança política no Mediterrâneo que a Turquia assume uma importância acrescida para a UE. A popularidade de Recep Tayyip Erdogan na “rua árabe” certamente não passou despercebida em Bruxelas. Num artigo publicado no *EU Observer*<sup>5</sup>, os Ministros dos Negócios Estrangeiros de 16 países da UE destacam o papel “inspirador” da Turquia para a região e os interesses comuns que Bruxelas e Ancara partilham relativamente à estabilidade no Mediterrâneo Sul. Como também salienta o artigo, o relacionamento entre estes dois atores vai contudo muito para lá desta questão. Da energia, ao comércio, passando pelos fluxos migratórios, a UE e a Turquia têm uma agenda comum cada

vez mais significativa que deve, na opinião destes ministros, levar a um novo ímpeto no processo de adesão da Turquia à UE.

A progressiva afirmação da Turquia como uma potência emergente na esfera internacional conduz a uma necessária reavaliação dos pressupostos que estiveram na base do início do seu processo de adesão. Contrariamente ao que acontecia em 1999, quando foi aceite como “candidato a candidato”, a Turquia é hoje um país politicamente estável, economicamente pujante e confiante no seu lugar do mundo. Em sentido contrário, a UE é hoje porventura menos do que era no final do século passado. É certamente um projeto político com dúvidas sobre o seu próprio futuro, atravessado por uma crise financeira de forte impacto político, em que a união e solidariedade dos seus membros têm constantemente sido postas à prova.

Assim, pode dizer-se que a verticalidade do relacionamento entre Bruxelas e Ancara dos anos Noventa “horizontalizou-se”. Apesar de ainda fortemente dependente do mercado europeu, para onde exporta grande parte dos seus produtos, a Turquia sabe que os dados com que joga hoje na barganha política com a UE são substancialmente mais fortes que aqueles que tinha ao seu dispor há pouco mais de uma década. Sabe também que o conservadorismo político que atravessa o espaço europeu está progressivamente a dar lugar a partidos e governos mais abertos à adesão da Turquia, como já aconteceu em França com a eleição de Hollande. Nesse sentido, 2012, apesar de não ter sido particularmente significativo em termos de avanços no processo de integração europeia, poderá corresponder ao ano de viragem no relacionamento com Bruxelas; poderá ser o ano em que finalmente a espiral de afastamento dos últimos anos dará lugar ao reavivar de um processo a culminar na adesão da Turquia para a UE. ■



**Distribuição da população curda na região.** Fonte: CLABAUGH, R. (2010) [Gráfico]. In: Peterson, Scott (2010) — *Cynism drives young Turks away from government outreach, toward rebellion*. CSMonitor.

#### Notas

- <sup>1</sup> Ancara recusa-se a reconhecer a República do Chipre como um Estado que comporta também a área do norte da ilha controlada por uma maioria turca.
- <sup>2</sup> Este número representa um decréscimo de nove por cento em relação à sondagem feita o ano passado pelo Fundo Marshall Alemão, e de sessenta e um por cento em relação a uma sondagem realizada em 2004 pela Gallup. TEPAV (2012) — *Is the EU still relevant for Turkey?*. Ancara: TEPAV, Evaluation Note N201253.
- <sup>3</sup> A exemplo disso, Istambul recebeu em Janeiro de 2012 o encontro Turquia-Conselho de Cooperação do Golfo.
- <sup>4</sup> Partido da Justiça e Desenvolvimento, *Adalet ve Kalkinma Partisi* em turco.
- <sup>5</sup> MLADENOV *et al.* (2012) — “The EU and Turkey: Stronger Together”. *EU Observer*, 28 de Junho. Disponível em <http://euobserver.com/opinion/116780> [acedido 19 Setembro 2012].